

## 1 Ata de Reunião da Mesa Municipal de Negociação Permanente do SUS-Betim

2  
3 Aos 20 (vinte) dias do mês de abril de dois mil e dez às 10h00min, realizou-se a reunião ordinária  
4 da Mesa Municipal de Negociação Permanente do SUS-Betim, na sala de reuniões da Prefeitura  
5 Municipal de Betim, secretariada por Elizabete da Silva. Tendo como pauta: 1- Leitura da Ata; 2-  
6 Decisão Laudo Pericial Almojarifado da Saúde. Compareceram à reunião, a Secretária de Saúde,  
7 Conceição Aparecida Pereira Rezende; a Diretora da Gestão do Trabalho, Júnia Beatriz Araújo  
8 Mattos; o Superintendente de Administração, José Eustáquio Silva; a Diretora da Superintendência  
9 Estratégica e Participativa, Maria Aparecida dos Santos, a Diretora do Sindguarda, Neurilene Reis;  
10 a Coordenadora do Sind-Saúde, Maria da Conceição Silva Pimenta, o Presidente do Sindguarda,  
11 Reginaldo Tomaz de Jesus a Diretora do Sind-Saúde, Rita de Cássia Barbosa Cunha, O Presidente  
12 do Sindserb, Geraldo Teixeira de Abreu, os representantes do almojarifado da Saúde, Marco  
13 Aurélio Oliveira, Wellington Fonseca, Willer Martins, o representante do almojarifado da  
14 administração, Antônio Sabino Ponciano, o representante do Sinmed, Eduardo Silva e Silva.  
15 Justificativa de Ausência: Rilke Novato Públio, Raimundo Loyola Junior, Adriana de Deus, Roseli  
16 Costa Oliveira, José Estanislau Vilela. A Secretária de Saúde, Conceição Rezende pergunta sobre a  
17 pauta em questão. O Presidente do Sindguarda, Reginaldo Tomaz, informa a situação dos  
18 trabalhadores do almojarifado da Secretaria de Saúde e Administração e da decisão do Laudo  
19 Pericial. Pergunta sobre a suspensão do pagamento de periculosidade dos trabalhadores. A  
20 Secretária de Saúde informa que a PMB terá que suspender pagamento da periculosidade dos  
21 trabalhadores do almojarifado da Saúde em função do Laudo Pericial, perícia realizada pelo  
22 Engenheiro de Segurança do Trabalho, perito oficial da Prefeitura Municipal de Betim do SESMT  
23 (serviço de engenharia de segurança e medicina do trabalho). A Prefeitura Municipal de Betim está  
24 impedida de realizar o pagamento. Esclarece que a Lei por si só não autoriza o pagamento e o  
25 Ministério do Trabalho estabelece normas e instruções normativas para definir critérios de  
26 aplicação da Lei. Informa que a decisão da prefeita é que teria que comunicar os trabalhadores  
27 sobre a situação. O representante dos trabalhadores do almojarifado da Saúde, Sr. Wellington,  
28 pergunta se tem documento judicial? A Secretária de Saúde esclarece que para pagar insalubridade  
29 ou periculosidade toda administração depende da avaliação do perito (laudo) para confirmar que o  
30 trabalhador esta sob risco ou perigo. As instruções normativas define qual lugar é insalubre, ou de  
31 risco. O Gestor com base nos laudos efetua o pagamento. O procedimento para pagar depende do  
32 resultado do laudo. O representante do Almojarifado da Saúde, Sr. Wellington relata que o  
33 trabalhador que fez denúncia ao Ministério Público, esta reivindicando insalubridade. Relata que o  
34 laudo do perito era favorável e agora o mesmo perito contradiz, emitindo um laudo não favorável.  
35 Wellington pergunta sobre o pagamento? A Secretária de Saúde informa que o pagamento será  
36 suspenso até a realização de uma nova perícia. O Presidente do Sindserb fala da Lei de  
37 periculosidade. A Secretária de Saúde esclarece sobre previsão de direito. Informa que o Gestor  
38 para concretizar direito é preciso laudo do perito, hoje a Prefeitura não tem laudo legal. O  
39 Presidente do Sindguarda fala que o sindicato entende a situação, que o argumento da Secretaria de  
40 Saúde é pertinente, mas faz apelo para que o pagamento da Periculosidade seja efetuado este mês.  
41 Ressalta que 30% a menos no salário prejudicam o trabalhador. A Secretária de Saúde esclarece que  
42 neste caso há improbidade administrativa. Relata denúncia ao Ministério Público. A Secretária de  
43 Saúde esclarece que após o laudo pericial tem como a Prefeitura de Betim continuar pagando.  
44 Ressalta que a Secretaria de Saúde é solidária com os trabalhadores e que há acordo com a  
45 Secretaria adjunta de Administração para contratação de um Perito para emitir novo Laudo. O  
46 Pagamento será suspenso até a realização e resultado da perícia, caso o resultado da perícia for  
47 favorável, a Prefeitura irá pagar retroativo. O Presidente do Sindserb, pergunta se tem decisão  
48 judicial para suspender o pagamento? A Diretora do Sind-Saúde lembra que a Lei favorável ao  
49 pagamento é de mil novecentos e noventa e nove. A Secretária de Saúde informa que é preciso  
50 cumprir a norma. Relata que existem ótimas Leis no Município, PCCV, Insalubridade, dentre outras  
51 e que a Administração passada aplicou a Lei de forma errada. Relata que em junho de 2009, foi

emitido Laudo pericial, do SESMT com parecer não favorável ao pagamento de Periculosidade para os trabalhadores lotados no almoxarifado. Lembra que quando o Laudo foi apresentado pelo SESMT, os trabalhadores do almoxarifado lotados na Secretaria de Saúde, foram avisados. Esclarece que Insalubridade e Periculosidade esta vinculada ao trabalho (benefício pago para o trabalhador que esta exposto a algum risco), quando o trabalho deixa de ser insalubre ou de apresentar riscos o trabalhador perde o benefício. A Secretária de Saúde informa que a Secretaria adjunta de Administração assumiu contratar perito, para realização de nova perícia, se for favorável irá pagar retroativo. A Secretária de Saúde pergunta para o Procurador Adjunto da Saúde, Sr. Alexandre Mendes, quais os instrumentos legais usados para contratação de Perito. Sr. Alexandre Mendes, apresenta lista de nomes de Peritos do Ministério do Trabalho. Esclarece que havendo pactuação e consenso do nome do Perito na Mesa-SUS, é possível chamar um Perito para ambas as partes. Os Presidentes do Sindserb e Sindguarda não concordam com proposta. Propõe que Governo contrate um Perito e Sindicato contrate um. A Secretária de Saúde, relata que a Secretaria de saúde irá aceitar Laudo Técnico de Perito do Ministério do Trabalho. O Procurador Adjunto da Saúde, Sr. Alexandre Mendes, esclarece que se trata de uma perícia desempatadora, definindo o nome do perito, o prazo para contratação é mais ou menos de trinta dias, o prazo para realização da Perícia são no mínimo de trinta dias. A argumentação para a contratação é a contradição dos Laudos da última Perícia. O Presidente do Sindguarda relata que sindicato irá conversar com os trabalhadores para esclarecer situação. Há uma discordância por parte dos sindicatos presentes, em função da contratação do perito. A Secretária de Saúde propõe sorteio dos nomes que constam na lista de peritos do Ministério do Trabalho para realização da Perícia. Não há acordo. Há proposta do Sindicato de encaminhar para o Ministério Público, a demanda de escolha do nome e o Ministério Público faz a nomeação do Perito. A Secretária de Saúde informa que havendo consenso de contratação do Perito, o processo para realização da Perícia é mais rápido. Há acordo dos sindicatos presentes e dos trabalhadores presentes a contratação de um Perito através de Licitação (carta convite) para realização de Perícia técnica. A Secretaria de Saúde, informa que a Secretaria de Saúde irá encaminhar junto a Secretaria de Administração abertura de Licitação para agilizar o processo. O Procurador Adjunto da saúde esclarece como é o processo de Licitação (carta convite), e que a previsão para Licitação, contratação e realização da Perícia é em torno de noventa dias. Esclarece que a participação de convidados nas reuniões da Mesa, é acordado com antecedência e também para discutir pontos específicos. É acordado na Mesa-SUS abrir Licitação (carta convite), juntamente com a Administração para contratação de um Perito, para avaliação de atividade e operações consideradas perigosas, no setor de almoxarifado da Secretaria Municipal de Saúde. Acordado também que Sindicato poderá contratar Perito auxiliar para acompanhar todo o processo da perícia (comunicar com antecedência). O Presidente do Sindguarda Reginaldo Tomaz entrega a Secretaria da Mesa-SUS, relação dos nomes dos Diretores do Sind-Saúde eleitos para o triênio 2009 / 2012. A próxima reunião da Mesa-SUS será dia 11 (onze) de maio às 14h00min, na sala de reuniões da Prefeitura Municipal de Betim. Não tendo nada mais para tratar, encerrou-se a reunião às 11h50min.

Conceição Aparecida Pereira Rezende \_\_\_\_\_

Júnia Beatriz de Mattos Araújo \_\_\_\_\_

José Eustáquio da Silva \_\_\_\_\_

Elizabete da Silva \_\_\_\_\_

Maria Aparecida dos Santos \_\_\_\_\_

Maria da Conceição Pimenta \_\_\_\_\_

Neurilene Reis \_\_\_\_\_

Rita de Cássia B. Cunha \_\_\_\_\_

Reginaldo Tomaz de Jesus \_\_\_\_\_

Eduardo Silva e Silva \_\_\_\_\_